



Abin confirma ação dos EUA na eleição

Governo há tempos detectou que divergências econômicas entre os países servem de pretexto para a aplicação da estratégia norte-americana de ampliar a participação na política de nações do continente e forçar o alinhamento

» ARMANDO HOLANDA

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) elaborou um relatório em que adverte, veementemente, sobre a influência dos Estados Unidos nas eleições brasileiras, cujo primeiro turno será em 4 de outubro. Chama atenção o alerta de que a intervenção a partir de Washington chega a um “nível de criticidade”. O documento foi encaminhado ao Palácio do Planalto, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no fim de agosto.

Segundo o relatório, que reúne documentos do governo norte-americano colhidos entre novembro de 2025 e maio de 2026, a meta do presidente Donald Trump é a “redução da influência de potências rivais dos EUA na América Latina e de negação do acesso dessas potências a ativos estratégicos, riquezas naturais e infraestruturas na região, em favor de seu controle, direto ou indireto, pelo governo dos EUA ou pelo capital privado estadunidense”. O levantamento da Abin foi publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmado pelo **Correio**.

A Abin chama a atenção para o fato de que há uma “intensificação seletiva e reconfiguração da pressão exercida pelos EUA” e uma “tendência de escalada de pressão sobre o Brasil”. Mais: segundo a agência, o controle da América Latina por meio do alinhamento ideológico aos EUA é “prioridade do segundo governo Trump”. De acordo com o relatório, “as ações estadunidenses desde maio indicam tendência de escalada de pressão”. A linha de frente dessa estratégia está a cargo do secretário de Estado, Marco Rubio.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), comentou em postagem no X (antigo Twitter) o conteúdo do relatório. Frisou que o documento “aponta risco crítico de interferência externa nas eleições, movida pelo objetivo de assegurar controle sobre nossos ativos estratégicos e riquezas naturais”.

Isso explica por que integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enxergam que a pressão dos EUA deixou de ficar restrita aos escalões técnicos da administração Trump e alcançou o núcleo político da

Casa Branca. A leitura é de que movimentos recentes de Washington, confirmados pela Abin, são parte de uma sequência de iniciativas que levam divergências entre os dois países para áreas além da relação comercial.

Esse entendimento vem sendo verificado nas conversas conduzidas pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, com Rubio. Segundo interlocutores a par das tratativas, o chanceler e o secretário-executivo do Itamaraty, embaixador Audo Faleiro, deixaram claro aos norte-americanos que uma estratégia de pressão política sobre o Brasil não produzirá o efeito esperado pelo governo Trump.

Combate ao crime

É nesse contexto que integrantes do governo Lula enxergam as recentes manifestações de Washington sobre o combate ao crime organizado no Brasil. A avaliação é de que o tema está sendo “requentado” pelos EUA, agora como uma tentativa de politizar a cooperação internacional contra facções criminosas. Na quarta-feira, Trump acusou o governo brasileiro de indolência com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), classificados pelos EUA como organizações terroristas. Washington também avalia novas sanções contra pessoas e empresas suspeitas de manter vínculos financeiros com as facções.

No governo Lula, se medidas houver por parte dos norte-americanos, devem recair sobre os responsáveis pelas atividades criminosas, e não sobre o Brasil. A linha defendida é separar a cooperação policial e os tratados firmados entre os países de movimentos interpretados como instrumentos de pressão política.

O relatório da Abin reforça uma antiga desconfiança do Palácio do Planalto. Interlocutores lembram que, em julho de 2025, ao anunciar o tarifaço contra exportações brasileiras, Trump fez uma defesa explícita do ex-presidente Jair Bolsonaro e vinculou as medidas comerciais ao processo judicial no STF contra o aliado ideológico. Para integrantes do governo, aquela manifestação foi mais contundente do que o documento de 21 pontos apresentado

Divulgação/MRE



Chanceler Mauro Vieira conversa com o secretário de Estado Marco Rubio. Pressões econômicas extrapolaram e alcançam a seara política

O que Washington queria e foi negado

» **Atropelo do Judiciário** — Garantia de participação de “dissidentes políticos” nas eleições de 2026. O ex-presidente Jair Bolsonaro tinha sido condenado a 27 anos e três meses de prisão em 11 de setembro por chefiar uma quadrilha que tentou um golpe de Estado.

» **Abertura comercial** — Eliminação de tarifas de importação de etanol, produtos químicos, maquinário industrial, automóveis e produtos manufaturados dos EUA.

» **Acesso a minerais críticos** — Exigência de que o Brasil reportasse todos os embarques e exportações de terras raras para a China.

» **Regulação de plataformas digitais e redes sociais** — Fim de medidas de moderação ou restrições impostas pelo Judiciário às empresas norte-americanas de mídia social, garantindo liberdade irrestrita de atuação.

» **Análise do Pix** — Revisão do meio de pagamento junto ao Banco Central por suposta concorrência desleal ou discriminação contra bandeiras.

» **Alinhamento geopolítico e comercial** — Imposição de restrições a acordos estratégicos e tecnológicos do Brasil com a China.

posteriormente pelos norte-americanos — no qual exigia que “dissidentes políticos” pudessem participar da próxima eleição —, que veio à tona quinta-feira.

Rol de exigências

Este mesmo documento também queria que as empresas aéreas brasileiras renovassem as frotas com aviões da Boeing — em detrimento da Airbus francesa e da Embraer brasileira — e acesso exclusivo a minerais críticos. Os termos foram rejeitados pelo governo e abandonados nas negociações entre Vieira, Rubio e o representante comercial americano, Jamieson Greer.

Para auxiliares de Lula, a tentativa norte-americana de interferir em assuntos brasileiros estava escancarada antes mesmo da apresentação desse rol de 21 pontos. Afinal, a carta que

anunciou o tarifaço, em julho de 2025, além da referência direta a Bolsonaro, classificou o julgamento do ex-presidente como “vergonha internacional” e exigiu que o processo parasse imediatamente.

Na parte da tarde da sessão de terça-feira do STF, o ministro Flávio Dino chamou a atenção para o que classificou como uma “tentativa de intervenção estrangeira” e “pressão ilegítima” dos EUA. Advertiu para a possibilidade de reenquadramento do ministro Alexandre de Moraes na Lei Magnitsky, sanção que se estenderia a ele e a Gilmar. No mesmo dia, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro anunciou que estava trabalhando junto à Casa Branca para a adoção de novas sanções contra o Brasil. No X, publicou que “punição internacional de criminosos não ofende a soberania nacional” e que a “nação celebrará” caso medidas sejam aplicadas.

Ricardo Stuckert/PR



Enquanto Trump planeja expansão, Lula fala em soberania nacional

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarca, hoje, para Nova York, onde participará da 81ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU) num momento em que, novamente, as relações entre Brasil e Estados Unidos estão em um ponto baixo. Lula fará na terça-feira o discurso de abertura, pronunciamento que deverá combinar temas da agenda internacional com uma defesa da soberania brasileira e das instituições democráticas.

Fontes de Palácio do Planalto afirmam que o presidente pretende

destacar a importância do multilateralismo, defender a negociação como instrumento para a solução de disputas e reforçar a necessidade de respeito ao direito internacional humanitário. A reforma da ONU, especialmente do Conselho de Segurança, também deve estar entre os principais pontos.

A orientação é de que Lula destaque a soberania nacional e a ameaça externa de interferência nas eleições brasileiras. O discurso deverá abordar, ainda, conflitos como a guerra na Ucrânia e a situação no Oriente Médio, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e combate ao crime organizado.

Há expectativa da delegação

brasileira sobre o tema que será abordado no discurso do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que vem logo em seguida. Não está prevista reunião entre Lula e o chefe do governo norte-americano.

Inseguranças

Segundo o cientista político Márcio Coimbra, CEO da Casa Política, a abertura da Assembleia-Geral “costuma servir como vitrine da maturidade diplomática do país, mas a intervenção de Lula tende a priorizar um soberanismo reativo”. Ele considera que “ao focar na denúncia de supostas interferências

externas no processo eleitoral e na crítica velada a potências ocidentais, o Planalto instrumentaliza o principal palco do multilateralismo global para canalizar inseguranças políticas domésticas”.

Apesar de mais de 30 pedidos de reuniões bilaterais de outros chefes de Estado com Lula, a maior parte não deverá ser atendida devido ao curto período de permanência e às exigências de segurança. O presidente deverá se reunir com o secretário-geral da ONU, António Guterres. Também está previsto um encontro com o prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, um veemente opositor de Trump.